

Capítulo 1

O novo interregno

Estamos num interregno. O mundo que o neoliberalismo criou em 1989 com a queda do Muro de Berlim terminou com a primeira fase da crise financeira (2008-2011), e ainda não se definiu o novo mundo que se lhe vai seguir. O panorama pós-1989 contou com duas agendas que tiveram um impacto decisivo nas políticas de esquerda um pouco por toda parte. A agenda explícita foi o fim definitivo do socialismo enquanto sistema social, económico e político liderado pelo Estado. A agenda implícita consistiu no fim de qualquer sistema social, económico e político liderado pelo Estado. Essa agenda implícita foi muito mais importante que a explícita, porque o socialismo de Estado estava já agonizante e, desde 1978, procurava re-construir-se na China enquanto capitalismo de Estado no seguimento das reformas promovidas por Deng Xiaoping. O efeito mais direto do fim do socialismo de tipo soviético na esquerda foi ter desarmado momentaneamente os partidos comunistas, alguns deles havia muito já distanciados da experiência soviética. A agenda implícita foi a que verdadeiramente contou; por isso, teve que ocorrer de maneira silenciosa e insidiosa, sem queda de muros.

Na fase que até então tinha caracterizado o capitalismo dominante, a alternativa social ao socialismo de tipo

soviético eram os direitos econômicos e sociais universais de que se beneficiavam, sobretudo, aqueles que, não tendo privilégios, só tinham o direito e os direitos para se defender do despotismo econômico e político a que tendia o capitalismo sujeito exclusivamente à lógica do mercado. A forma mais avançada dessa alternativa tinha sido a social-democracia europeia do pós-guerra, que, aliás, no seu começo, no início do século XX, também se desdobrava numa agenda explícita (socialismo democrático) e numa agenda implícita (capitalismo com alguma compatibilidade com a democracia e a inclusão social mínima que ela pressupunha). Depois de 1945, rapidamente se mostrou que a agenda implícita era a única agenda. Desde então, as esquerdas dividiram-se entre as que continuavam a defender uma solução socialista (mais ou menos distante do modelo soviético) e as que, por mais que se proclamassem socialistas, apenas queriam regular o capitalismo e controlar seus “excessos”.

Depois de 1989, e tal como acontecera no início do século, a agenda implícita continuou durante algum tempo implícita, apesar de ser já a única em vigor. Foi-se tornando evidente que ambas as esquerdas do período anterior saíram derrotadas. Por isso, assistiu-se, depois de 1989, à difusão sem precedentes da ideia da crise da social-democracia, muitas vezes articulada com a ideia da impossibilidade ou da inviabilidade da social-democracia. A secundá-la, a ortodoxia neoliberal doutrina sobre o caráter predador ou, pelo menos, ineficiente do Estado e da regulação estatal, sem o que não era possível garantir a efetividade dos direitos econômicos e sociais.

O desarme da esquerda social-democrática foi disfarcado durante algum tempo pela nova articulação das formas de dominação que vigoram no mundo desde o século XVII: capitalismo, colonialismo (racismo, monoculturalismo etc.) e patriarcado (sexismo, divisão arbitrária entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo;

ou seja, entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado). As reivindicações sociais orientaram-se para as agendas ditas pós-materiais, os direitos culturais ou de quarta geração. Essas reivindicações eram genuínas e denunciavam modos de opressão e de discriminação repugnantes. Mas o jeito como foram orientadas fez crer aos agentes políticos que as mobilizaram (movimentos sociais, ONGs, novos partidos) que as podiam levar a cabo com êxito sem tocar no terceiro eixo da dominação, o capitalismo. Houve até mesmo uma negligência do que se chamou “política de classe” (distribuição em favor das políticas de raça e sexo (reconhecimento). Essa convicção provou-se fatal no momento em que o regime pós-1989 caiu. A dominação capitalista, reforçada pela legitimidade que criou nesses anos, virou-se facilmente contra as conquistas antirracistas e antissexistas na busca incessante de maiores acumulação e exploração. Estas, desprovidas da vontade anticapitalista ou separadas das lutas anticapitalistas, sentem muitas dificuldades para resistir.

Nestes anos de interregno, resulta evidente que a agenda implícita visava a dar total prioridade ao princípio do mercado na regulação das sociedades modernas em detrimento do princípio do Estado e da comunidade. No início do século XX, o princípio da comunidade fora secundarizado em favor da rivalidade que então se instalara entre os princípios do Estado e do mercado. A relação entre ambos foi sempre muito tensa e contraditória. A social-democracia e os direitos econômicos e sociais significaram momentos de trégua nos conflitos mais agudos entre os dois princípios. Esses conflitos não eram resultado de meras oposições teóricas. Resultavam das lutas sociais das classes trabalhadoras que buscavam no Estado o refúgio mínimo contra as desigualdades e os despotismos gerados pelo princípio de mercado. A partir de 1989, o neoliberalismo encontrou o clima político

adequado para impor o princípio do mercado, contrapondo sua lógica à lógica do princípio do Estado, que entretanto se pusera na defensiva.

A globalização neoliberal, a desregulação, a privatização, os tratados de livre comércio, o papel inflacionado do Banco Mundial e do FMI foram executados paulatinamente para erodir o princípio do Estado, quer retirando-o da regulação social, quer convertendo esta em outra forma de regulação mercantil. Para isso, foi necessária uma desvirtuação radical, mas silenciosa, da democracia. Esta, que no melhor dos casos fora encarregada de gerir as tensões entre o princípio do Estado e o princípio do mercado, passou a ser usada para legitimar a superioridade do princípio do mercado e, no processo, transformou-se ela própria num mercado (corrupção endêmica, *lobbies*, financiamento de partidos etc.). O objetivo era que o Estado passasse de Estado capitalista com contradições a Estado capitalista sem contradições. As contradições passariam a ser exteriorizadas para a sociedade, crises sociais a ser resolvidas como questões de polícia, não como questões políticas.

A grande maioria das forças de esquerda aceitou essa viragem; pouca resistência lhe ofereceu quando não se tornou cúmplice ativa dela, o que aconteceu, sobretudo, na Europa. Na última fase desse período, alguns países da América Latina protagonizaram uma resistência significativa – tão significativa que não pôde ser neutralizada pela monotonia das relações econômicas promovidas pelo neoliberalismo global nem resultou apenas dos erros próprios cometidos pelos governos progressistas. Envolveu a intervenção forte do imperialismo norte-americano, que na primeira década de 2000 tinha aliviado a pressão sobre os países latino-americanos por estar profundamente envolvido no Oriente Médio. Venezuela, Brasil e Argentina são talvez os casos mais emblemáticos dessa situação. O imperialismo norte-americano, entretanto,

mudou de rosto e de tática; em vez de impor ditaduras via CIA e forças militares, promove e financia iniciativas de “democracia amiga do mercado” por meio de organizações não governamentais libertárias e evangélicas e de desenvolvimento local, além de protestos, na medida do possível pacíficos, mas com *slogans* ofensivos para as personalidades, os princípios e as políticas de esquerda. Em situações mais tensas, pode financiar ações violentas que, depois, com a cumplicidade da mídia nacional e internacional, são atribuídas aos governos hostis; ou seja, governos hostis aos interesses norte-americanos. Tudo isso tutelado e financiado pela CIA, a embaixada norte-americana no país e o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Vivemos, pois, um período de interregno. Não sei se este interregno gera fenômenos mórbidos como o interregno famosamente analisado por Gramsci. Mas tem certamente assumido características profundamente dissonantes entre si. Nos últimos cinco anos, a atividade política em diferentes países e regiões do mundo adquiriu facetas e traduziu-se em manifestações surpreendentes ou desconcertantes. Eis uma seleção possível: o agravamento sem precedentes da desigualdade social; a intensificação da dominação capitalista, colonialista (racismo, xenofobia, islamofobia) e heteropatriarcal (sexismo) traduzida no que chamo “fascismo social” em diferentes formas (fascismo do *apartheid* social, fascismo contratual, fascismo territorial, fascismo financeiro, fascismo da insegurança); a reemergência do colonialismo interno na Europa com um país dominante, a Alemanha, a aproveitar-se da crise financeira para transformar nações do Sul numa espécie de protetorado informal, particularmente gritante no caso da Grécia; o golpe judiciário-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, continuado com o impedimento da candidatura de Lula da Silva às eleições presidenciais de 2018; a saída unilateral do Reino Unido

da União Europeia; a renúncia às armas por parte da guerrilha colombiana e o início conturbado do processo de paz; o colapso ou a crise grave do bipartidismo centrista em vários países, da França à Espanha, da Itália à Alemanha; a emergência de partidos de tipo novo oriundo de movimentos sociais ou mobilizações antipolíticas, como Podemos, na Espanha, 5 Stelle, na Itália, AAP, na Índia; a constituição de um governo de esquerda em Portugal, com base num entendimento sem precedentes entre diferentes partidos de esquerda; a eleição presidencial de homens de negócios bilionários com fraca ou nula experiência política empenhados em destruir a proteção social que os Estados têm garantido às classes sociais mais vulneráveis, seja Macri, na Argentina, seja Trump, nos Estados Unidos; o ressurgimento da extrema direita na Europa, com seu tradicional nacionalismo de direita, mas surpreendentemente portadora da agenda das políticas sociais que tinham sido abandonadas pela social-democracia, com a ressalva de agora valerem apenas para “nós”, não para “eles” (imigrantes, refugiados); a infiltração de comportamentos fascizantes em governos democraticamente eleitos, como na Índia do BJP e do presidente Modi, nas Filipinas de Duterte, nos Estados Unidos de Trump, na Polónia de Kaczynski, na Hungria de Orban, na Rússia de Putin, na Turquia de Erdogan, no México de Peña Nieto; a intensificação do terrorismo jihadista que se proclama islâmico; a maior visibilidade de manifestações de identidade nacional, de povos sem Estado, nacionalismos de direita na Suíça e na Áustria, nacionalismos com fortes componentes de esquerda na Espanha (Catalunha, mas também País Basco, Galiza e Andaluzia) e na Nova Zelândia e nacionalismos dos povos indígenas das Américas que se recusam a ser encaixados na dicotomia esquerda/direita; o colapso por uma combinação de erros próprios e interferência grave do imperialismo norte-americano de governos progressistas que procuraram

combinar desenvolvimento capitalista com a melhora do nível de vida das classes populares no Brasil, na Argentina e na Venezuela; a agressividade sem paralelo na gravidade e na impunidade da ocupação da Palestina pelo Estado colonial de Israel; as profundas transformações internas combinadas com estabilidade (pelo menos aparente) em países que durante muito tempo simbolizaram as mais avançadas conquistas das políticas de esquerda, da China ao Vietnã e a Cuba.

O significado histórico deste interregno

Esse elenco deixa de fora os problemas sociais, económicos e ecológicos que talvez mais preocupem os democratas em todo o mundo; tampouco menciona a violência familiar, urbana e rural nem a proliferação de guerras não declaradas, embargos não declarados, o terrorismo e o terrorismo de Estado que destroem povos inteiros (Palestina, Líbia, Síria, Afeganistão, Lénen) e a convivência pacífica em geral; deixa também de lado a transformação do trabalho numa mercadoria como outra qualquer, os apelos ao consumismo, ao individualismo e à competitividade sem limites, ideologias com as quais muitas forças de esquerda têm sido tão complacentes ou aceitaram como algo inevitável, o que dá no mesmo.

Nesse sentido, esse elenco trata de sintomas, não de causas. Mesmo assim, serve para mostrar as principais características histórico-estruturais do interregno em que nos encontramos.

Embora o capitalismo seja um sistema globalizado desde o seu início, o âmbito e as características internas da globalização têm variado ao longo dos séculos. Para me reportar apenas à contemporaneidade, podemos dizer que desde 1860 o mundo se encontra num processo particularmente acelerado de interdependência global,

processo atravessado por contradições internas, como é próprio do capitalismo, muito desigual e com descon-tinuidades significativas. O conceito de interregno visa precisamente a dar conta dos processos de ruptura e de transição. Os períodos de mais intensa globalização tendem a coincidir com períodos de grande rentabilidade do capital (ligada a grandes inovações tecnológicas) e com a hegemonia inequívoca (sobretudo econômica, mas também política e militar) de um país. A esses períodos têm-se seguido momentos de grande instabilidade política e econômica e de crescente rivalidade entre nações centrais.

O primeiro período de globalização contemporânea ocorreu entre 1860 e 1914. A Inglaterra foi o país hegemônico, e a segunda revolução industrial e o colonialismo foram suas características principais. A ele se seguiu um período de mais acentuada rivalidade entre nações centrais de que resultaram duas guerras mundiais em que morreram 78 milhões de pessoas. O segundo período ocorreu entre 1944 e 1971. Os Estados Unidos foram o país hegemônico, e as características principais desse período foram a terceira revolução industrial (informática), a guerra fria e a coexistência de dois modelos de desenvolvimento (o capitalista e o socialista, ambos com várias versões), o fim do colonialismo e uma nova fase de imperialismo e neocolonialismo. Seguiu-se um período de acentuada rivalidade, do qual resultaram o colapso do socialismo soviético e o fim da guerra fria. A partir de 1989, entramos num terceiro período de globalização, cuja crise está a causar o interregno em que nos encontramos. Foi um período de dominação mais multilateral, com a União Europeia e a China a disputarem a hegemonia conquistada pelos Estados Unidos no período anterior. Caracterizou-se pela quarta revolução industrial (a microeletrônica e, crescentemente, a genética e a robotização), e seus atributos mais inovadores foram,

por um lado, submeter pela primeira vez virtualmente todo o mundo ao mesmo modelo de desenvolvimento hegemônico (o capitalismo em sua versão neoliberal) e, por outro, transformar a democracia liberal no único sistema político legítimo e impô-lo a todo o mundo.

A fase de interregno em que nos encontramos está relacionada com a evolução mais recente dessas características. Todas as facetas desta fase estão vigentes, mas apresentam sinais de grande desestabilização: maior rivalidade entre duas potências imperiais, os Estados Unidos e a China, cada uma socorrendo-se de satélites importantes, a União Europeia no caso dos Estados Unidos e a Rússia no caso da China; um desequilíbrio cada vez mais evidente entre o poderio militar dos Estados Unidos e seu poder econômico, com novas ameaças de guerra (incluindo a nuclear) e uma corrida aos armamentos; a impossibilidade de reverter a globalização, dada a profunda interdependência (bem evidente na crise do processo Brexit) combinada com a luta por novas condições de comércio dito livre, no caso dos Estados Unidos; uma crise de rentabilidade do capital que provoca duradoura depressão (não resolvida depois da crise financeira de 2008, ainda em curso) e se manifesta de duas formas principais: a degradação dos rendimentos salariais nos países centrais e semiperiféricos, combinada a um ataque global às classes médias (realidade que sociologicamente varia muito de país para país), e uma corrida sem precedentes aos chamados recursos naturais, com as consequências fatais para populações camponesas e povos indígenas e para os já precários equilíbrios ecológicos.

Entre as características deste interregno, duas são particularmente decisivas para as forças de esquerda e revelam bem a tensão em que estas se encontram entre a necessidade cada vez mais urgente de se unirem e as dificuldades novas e sem precedentes para a satisfação sustentada de tal necessidade. São duas pulsões

contraditórias, que vão em sentido contrário e que, em meu entender, só podem ser resolvidas por meio de uma cuidada gestão das escalas de tempo. Vejamos:

1) No que diz respeito à universalização da democracia liberal, as forças de esquerda devem partir da seguinte verificação: a democracia liberal nunca teve a capacidade de se defender dos antidemocratas e dos fascistas em seus mais diversos disfarces, mas hoje o que mais surpreende não é essa incapacidade, são antes os processos de incapacitação movidos por uma força transnacional altamente poderosa e intrinsecamente antidemocrática, o neoliberalismo (capitalismo como civilização de mercado, de concentração e de ostentação da riqueza), cada vez mais geminado com o predomínio do capital financeiro global a que tenho chamado “fascismo financeiro” e acompanhado por um cortejo impressionante de instituições transnacionais, lobistas e meios de comunicação social. Esses novos (de fato, velhos) inimigos da democracia não a querem substituir pela ditadura. Em vez disso, buscam descaracterizá-la a ponto de ela se transformar na reprodutora mais dócil e na voz mais legitimadora de seus interesses.

Essa verificação convoca com urgência a necessidade de as esquerdas se unirem para salvaguardar o único campo político em que hoje admitem lutar pelo poder, o campo democrático.

2) Por sua vez, o ataque generalizado aos rendimentos salariais, às organizações operárias e às formas de concertação social, com a consequente transformação das reivindicações sociais numa questão de polícia; a crise ambiental cada vez mais grave e irreversível, agravada pela luta desesperada pelo acesso ao petróleo, que envolve a destruição de países como Iraque, Síria e Líbia – e, amanhã talvez Irã e Venezuela; o recrutescimento, para muitos e muitas surpreendente, do racismo, do sexismo e do heterossexismo. Todas essas características

apontam para uma condição de irreversível contradição entre capitalismo e democracia, mesmo a democracia de baixa intensidade que a versão liberal sempre foi.

Ora, sendo certo que as esquerdas se encontram há muito divididas entre as que acreditam na regeneração do capitalismo, de um capitalismo de rosto humano, e as que estão convencidas de que o capitalismo é intrinsecamente desumano e, por isso, irresgatável, não será fácil imaginar que se unam de forma sustentada. Penso que uma sabedoria pragmática que distinga entre o curto e o longo prazo, mas mantenha os dois no debate, pode ajudar a resolver a tensão. Este texto está centrado no curto prazo, mas procura não perder de vista o médio e o longo prazo.

Capítulo 2

As forças de esquerda perante o novo interregno

O elenco de fenômenos, aparentemente anômalos, que mencionei até aqui dá conta de que o movimento dominante de erosão da democracia está sendo contrariado por forças sociais de sinal político oposto, ainda que frequentemente com as mesmas bases sociais de classe. Sob a forma do populismo, novas e velhas forças de direita e de extrema direita procuram criar refúgios em que podem defender “sua” democracia e seus direitos dos apêntes de estranhos, sejam eles imigrantes, refugiados ou grupos sociais “inferiores”, assim declarados por raça, etnia, sexo, sexualidade ou religião. Não defendem a ditadura; pelo contrário, declaram defender a democracia ao salientar o valor moral da vontade do povo, reservando para si, obviamente, o direito de definir quem faz parte do “povo”. Como a vontade do povo é um imperativo ético que não se discute, a suposta defesa da democracia opera por práticas autoritárias e antidemocráticas. É essa a essência do populismo. Falar de populismo de esquerda é um dos mais perniciosos equívocos de alguma teoria política crítica dos últimos anos.

Por sua vez, novas e velhas forças políticas de esquerda propõem-se defender a democracia contra os limites e as perversões da democracia representativa, liberal.

É sobre elas que me debruço neste texto. Tais forças procuram democratizar a democracia, reforçando-a para que possa resistir aos instintos mais agressivos do neoliberalismo e do capital financeiro. Essa defesa tem assumido várias formas em diferentes contextos e regiões do mundo. As principais são as seguintes: emergência de novos partidos de esquerda e, por vezes, de partidos de tipo novo, que têm com a cidadania ou com movimentos populares, uma relação diferente, mais intensa, da que tem sido característica dos velhos partidos de esquerda; rupturas profundas no seio dos velhos partidos de esquerda; surgimento de movimentos de cidadania ou de grupos sociais excluídos, alguns que perduram e outros efêmeros, que se colocam fora da lógica da política partidária e, portanto, do marco da democracia liberal; protestos, marchas, greves em defesa de direitos econômicos e sociais; adoção de processos de articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa no interior dos partidos ou nos campos de gestão política em que intervêm, nomeadamente no nível municipal; reivindicação de revisões constitucionais ou de assembleias constituintes originárias para fortalecer as instituições democráticas e blindá-las contra ações dos inimigos; chamamento à necessidade de romper com as divisões do passado e procurar articulações entre as diferentes famílias de esquerda, para tornar mais unitária e eficaz a luta contra as forças antidemocráticas.

Deste elenco, é fácil concluir que o atual período de interregno provoca um forte questionamento das teorias e das práticas de esquerda que vigoraram nos últimos cinquenta anos. O questionamento assume as formas mais diversas, mas, apesar disso, é possível identificar alguns traços comuns.

O primeiro é que o horizonte emancipatório deixou de ser o socialismo para ser a democracia, os direi-

tos humanos, a dignidade, o pós-neoliberalismo, o pós-capitalismo, um horizonte simultaneamente mais vago e mais diverso. Acontece que, trinta anos depois da queda do Muro de Berlim, esse horizonte está tão desacreditado quanto o horizonte socialista. A democracia liberal é, hoje, em muitos países, uma imposição do imperialismo, e os direitos humanos são invocados apenas para liquidar governos que resistem ao imperialismo.

Em segundo lugar, o tom das lutas e das reivindicações é, em geral, defensivo; ou seja, no sentido de defender o que se conquistou, por pouco que tenha sido, em vez de lutar por reivindicações mais avançadas na confrontação com a ordem capitalista, colonialista e patriarcal vigente. Em vez das guerras de movimento e das guerras de posição, como Gramsci caracterizou as principais estratégias operárias, dominam guerras de trincheira, de linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas. As forças que não aceitam essa lógica defensiva correm o risco de arcar com a marginalização e a autonomia, que são tanto maiores quanto mais circunscrita se apresentam essas forças no plano territorial ou social.

Terceiro, porque não foi totalmente proscrita, a democracia obriga as forças de esquerda a se posicionarem no quadro democrático, por mais que o regime democrático esteja desacreditado. Esse posicionamento poderia implicar a recusa em participar do jogo democrático, mas o custo é elevado quer se participe (nenhuma possibilidade de ganhar), quer não se participe (marginalização). Esse dilema é particularmente sentido em períodos pré-eleitorais.

Entre as várias estratégias que mencionei, a que melhor ilustra as dificuldades em atuar politicamente em contexto defensivo e em transformar tais dificuldades em oportunidade para formular projetos alternativos de luta política são as propostas de articulação ou unidade entre as diferentes forças de esquerda. Acrescenta-se a

isso o fato de que essas propostas estão a ser discutidas em vários países em que, em 2018, haverá eleições. Previamente os processos eleitorais constituem o máximo teste de viabilidade para esse tipo de proposta. Por todas essas razões, passo a centrar-me nelas, começando por mencionar um caso concreto, a título de ilustração.

Duas notas prévias. A primeira pode ser colocada sob a forma de duas interrogações. São de esquerda todas as forças políticas que se consideram como tal? A resposta a essa pergunta não é fácil, uma vez que, para além de certos princípios gerais (identificados nos livros que mencionei na nota 1), a caracterização de dada força política depende dos contextos específicos em que opera. Por exemplo, nos Estados Unidos o Partido Democrático norte-americano é considerado de esquerda ou de centro-esquerda, mas duvido que o seja em qualquer outro país. Historicamente, um dos mais acesos debates no seio da esquerda tem sido a definição do que se considera ser esquerda. A segunda pergunta pode formular-se assim: como distinguir entre forças de esquerda e políticas de esquerda? Em princípio, deveria pensar-se que o que faz uma força política ser de esquerda é defender e aplicar políticas de esquerda. Sabemos, no entanto, que a realidade é outra. Por exemplo, considero o partido greco Syriza de esquerda, mas, com o mesmo grau de convicção, penso que as políticas que tem aplicado na Grécia são de direita. Sendo assim, a segunda interrogação desdobra-se numa terceira: por quanto tempo e com que consistência se pode manter tal incongruência sem que deixe de ser legítimo pensar que a força de esquerda em causa deixou de ser de esquerda?

A segunda nota prévia tem a ver com a necessidade de analisar o novo impulso de articulação ou unidade entre as forças de esquerda à luz de outros impulsos do passado. O impulso atual deve ser interpretado como sinalizador da vontade de renovação das forças de esquerda

ou o contrário? A verdade é que a renovação da esquerda tem sido pensada, pelo menos desde 1914, a partir da desunião das esquerdas. Por sua vez, a unidade tem sido tentada a partir da sonegação ou mesmo da recusa da renovação da esquerda – e a justificação para tal tem estado ligada ao perigo da ditadura. Será que o impulso de articulação ou unidade atual, ainda que motivado pelo perigo iminente do colapso da democracia, pode significar, ao contrário dos anteriores, uma vontade de renovação?

A articulação entre forças de esquerda – o caso português

O governo vigente em Portugal desde o fim de 2015 é pioneiro em termos de articulação entre vários partidos de esquerda: é um governo do Partido Socialista com apoio parlamentar dos dois partidos de esquerda: Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português. É pouco conhecido internacionalmente, não só porque Portugal é um país pequeno, cujos processos políticos raramente fazem parte da atualidade política internacional, como e sobretudo por representar uma solução política que vai contra os interesses dos dois grandes inimigos globais da democracia que hoje dominam a mídia: o neoliberalismo e o capital financeiro global. Convém recapitular. Desde a revolução de 25 de abril de 1974, os portugueses com frequência votaram, na maioria, em partidos de esquerda, mas foram governados por partidos de direita ou pelo Partido Socialista sozinho ou coligado com partidos de direita. Os partidos de direita apresentavam-se em eleições sozinhos ou em coligação, enquanto os partidos de esquerda, na lógica de uma longa trajetória histórica, se apresentavam divididos por diferenças aparentemente insuperáveis. O mesmo aconteceu em outubro de 2015. Só que, nessa ocasião, num gesto de inovação

política que ficará nos anais da democracia europeia, os três partidos de esquerda (Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português) resolveram negociar e buscar uma articulação de incidência parlamentar que viabilizasse um governo de esquerda liderado por um deles, o que teve mais votos, o Partido Socialista. Com negociações separadas entre esse partido e os outros dois (tais as desconfianças recíprocas iniciais), foi possível chegar a acordos de governança que viabilizaram um governo de esquerda sem precedentes na Europa das últimas décadas.

A inovação desses acordos consistiu em várias premissas: 1) os acordos eram limitados e pragmáticos e estavam centrados em menores denominadores comuns com o objetivo de possibilitar um governo que impedisse a continuação das políticas de empobrecimento dos portugueses que os partidos de direita neoliberal tinham aplicado no país; 2) os partidos mantinham ciosamente sua identidade programática, suas bandeiras, e tornavam claro que os acordos não as punham em risco, porque a resposta à conjuntura política não exigia que fossem consideradas, muito menos abandonadas; 3) o governo devia ter coerência e, para isso, devia ser da responsabilidade de um só partido, e o apoio parlamentar garantiria sua estabilidade; 4) os acordos seriam celebrados de boa-fé e acompanhados e verificados regularmente pelas partes. Os textos dos acordos constituem modelos de contenção política e detalham até o pormenor os termos acordados. Basicamente, as medidas acordadas tinham dois grandes objetivos políticos: parar o empobrecimento dos portugueses, repondo rendimentos dos trabalhadores e dos aposentados da base da escala de rendimentos e breçar as privatizações, que, como todas as que ocorrem sob a égide do neoliberalismo e do capital financeiro global, são atos de privatária. Os acordos foram negociados com êxito, e o governo tomou posse num ambiente politicamente

hostil, por parte do então presidente da República, da Comissão Europeia e das agências financeiras, todos féis servidores da ortodoxia neoliberal. Pouco a pouco, a política executada em cumprimento dos acordos foi dando resultados – para muitos, surpreendentes –, e, ao fim de algum tempo, muitos dos detratores do governo tinham de se curvar diante dos números do crescimento da economia, da queda da taxa de desemprego, da melhoria geral da imagem do país, finalmente ratificada pelas agências de notação de crédito, e com os títulos portugueses a passar do nível lixo para o nível investimento. O significado de tudo isso pode resumir-se no seguinte: realizando-se políticas opostas às receitas neoliberais, obtêm-se os resultados que tais receitas sempre anunciavam e nunca conseguem, e isso é possível sem aumentar o sofrimento e o empobrecimento dos portugueses. Antes, pelo contrário, reduzindo-os. De maneira muito mais direta, o significado dessa inovação política é mostrar que o neoliberalismo é uma mentira e que seu único e verdadeiro objetivo é acelerar a todo custo a concentração da riqueza sob a égide do capital financeiro global.

Obviamente, a direita neoliberal nacional e internacional está inconformada e tentará pôr fim a essa solução política, no que tem como aliada, agora, a direita, que nunca reconheceu os “excessos” do neoliberalismo e quer voltar ao poder. A forma mais benevolente do inconformismo surge hoje como aparente elogio, que se formula assim: “Essa solução política durará toda a presente legislatura”. Para os mais avisados, significa estabilidade a prazo, como se dissesse às esquerdas (e aos portugueses que com elas se identificam): “Era bom, mas se acabou”. Compete a essas forças e aos portugueses contrapor a esse dito outro: “Queremos mais”. E atuarem em conformidade.

Qual é o significado mais global dessa inovação política? Onze teses para articulações limitadas entre forças políticas de esquerda

Neste domínio, como em muitos outros, não há lugar para cópias mecânicas de soluções. As esquerdas podem e devem aprender com as experiências globais, mas têm de encontrar soluções adequadas a suas condições e a seu contexto. Há, aliás, fatores que são únicos e facilitam soluções locais que noutros contextos são inviáveis ou, pelo menos, muito mais difíceis. Darei exemplos. Com essas ressalvas, a experiência portuguesa tem um significado que transcende o país, independentemente do que aconteça. Esse significado pode resumir-se no seguinte.

Primeiro, as articulações entre partidos de esquerda podem ser de vários tipos; nomeadamente, podem resultar de acordos pré-eleitorais ou pós-eleitorais; podem envolver participação no governo ou apenas apoio parlamentar. Sempre que os partidos partem de posições ideológicas muito diferentes, e se não houver outros fatores que recomendem o contrário, é preferível optar por acordos pós-eleitorais (porque ocorrem depois de medir pesos relativos) e acordos de incidência parlamentar (porque minimizam os riscos dos parceiros minoritários e permitem que as divergências sejam mais visíveis e dispoñham de sistemas de alerta conhecidos dos cidadãos).

Segundo, as soluções políticas de risco pressupõem lideranças com visão política e capacidade para negociar. No caso português, todos os líderes envolvidos têm essa característica. Aliás, o primeiro-ministro tinha tentado pontualmente políticas de articulação de esquerda nos anos em que foi presidente da Câmara de Lisboa. Mas a mais consistente articulação entre forças de esquerda foi protagonizada por Jorge Sampaio, também do Partido Socialista, enquanto presidente da Câmara de Lisboa, e que viria a ser presidente da República entre 1996 e

2006. Não podemos esquecer que o fundador do Partido Socialista português, dr. Mário Soares, na fase final de sua vida política, advogou esse tipo de política – algo que é difícil imaginar na Espanha, onde o fundador do PSOE (Partido Socialista Obrero Español), Felipe González, virou-se à direita com o passar dos anos e manifestou-se contra quaisquer entendimentos à esquerda.

Terceiro, as soluções inovadoras e de risco não podem sair apenas da cabeça dos líderes políticos. É necessário consultar as “bases” do partido e deixar-se mobilizar pelas inquietações e pelas aspirações que manifestam.

Quarto, a articulação entre forças de esquerda só é possível quando é partilhada a vontade de não articular com outras forças, de direita nem centro-direita. Sem uma forte identidade de esquerda, o partido ou a força de esquerda em que tal identidade for fraca será sempre um parceiro relutante, disposto a abandonar a coligação. A ideia de centro é, hoje, particularmente perigosa para a esquerda, porque, como espectro político, ele se tem deslocado para a direita por pressão do neoliberalismo e do capital financeiro. O centro tende a ser centro-direita, mesmo quando afirma ser centro-esquerda. É crucial distinguir entre uma política moderada de esquerda e uma política de centro-esquerda. A primeira pode resultar de um acordo conjuntural entre forças de esquerda, enquanto a segunda é consequência de articulações com a direita que pressupõem complicitades maiores, que a descaracterizam como política de esquerda.

Neste domínio, a solução portuguesa se oferece a uma reflexão mais aprofundada. Embora constitua uma articulação entre forças de esquerda e eu considere que configura uma política moderada de esquerda, a verdade é que contém, por ação ou por omissão, algumas opções que implicam cedências graves aos interesses que normalmente são defendidos pela direita. Por exemplo, no domínio do direito ao trabalho e à saúde. Tudo leva a crer

que o teste da vontade real de garantir a sustentabilidade da unidade das esquerdas está no que for decidido nessas áreas no futuro próximo.

Quinto, não há articulação nem unidade sem programa e sem sistemas de consulta e de alerta que avaliem regularmente o seu cumprimento. Passar cheques em branco a qualquer líder político no seio de uma coligação de esquerda é um convite ao desastre.

Sexto, a articulação é tanto mais viável quanto mais partilhado for o diagnóstico de que estamos num período de lutas defensivas, um período em que a democracia, mesmo a de baixa intensidade, corre sério risco de ser duradoumente sequestrada por forças antidemocráticas e fascizantes. Mesmo que a democracia não colapse por completo, a atividade política de oposição das forças de esquerda em seu conjunto pode correr sérios riscos de ser fortemente limitada, se não ilegalizada.

Sétimo, a disputa eleitoral precisa ter credibilidade mínima. Para isso, deve assentar-se num sistema eleitoral que garanta a certeza dos processos eleitorais de modo que os resultados da disputa eleitoral sejam incertos.

Oitavo, a vontade de convergir nunca pode neutralizar a necessidade de eventualmente divergir. Consoante os contextos e as condições, pode ser tão fundamental convergir como divergir. Mesmo durante a vigência das coligações, as diferentes forças de esquerda devem manter canais de divergência construtiva. Quando ela deixar de ser construtiva, o fim da coligação estará próximo.

Nono, num contexto midiático e comunicacional hostil às políticas de esquerda, num contexto em que notícias falsas proliferam, as redes sociais podem potenciar a intriga e a desconfiança e as chamadas de capa contam mais que conteúdos e argumentações, é decisivo que haja canais de comunicação constantes e eficazes entre os parceiros da coligação e que equívocos sejam prontamente esclarecidos.

Décimo, nunca esquecer os limites dos acordos, quer para não criar expectativas exageradas, quer para saber avançar para outros acordos ou romper os existentes quando as condições permitirem políticas mais avançadas. No caso português, os detalhados acordos entre os três partidos revelam bem o caráter defensivo e limitado das políticas acordadas. Na União Europeia, as imposições do neoliberalismo global são veiculadas no dia a dia pela Comissão e pelo Banco Central Europeu. A resposta dos partidos de esquerda portugueses deve ser avaliada à luz da violenta resposta dessas instituições europeias às políticas iniciais do partido Syriza, na Grécia. A solução portuguesa visou a criar um espaço de manobra mínimo num contexto que prefigurava uma janela de oportunidade. Recorrendo a uma metáfora, a solução portuguesa permitiu à sociedade portuguesa respirar. Ora, respirar não é o mesmo que florescer; é tão só o mesmo que sobreviver.

Décimo primeiro, no contexto atual de asfíxiante doutrinação neoliberal, a construção e a implementação de alternativas, por mais limitadas, têm, quando realizadas com êxito, além do impacto concreto e benéfico na vida dos cidadãos, um efeito simbólico decisivo que consiste em desfazer o mito de que os partidos de esquerda-esquerda só servem para protestar e não sabem negociar nem muito menos assumir as complexas responsabilidades da governança. Esse mito foi alimentado pelas forças conservadoras ao longo de décadas, com a cumplicidade da grande mídia, e tem hoje a reforçá-lo o poder disciplinar global que o neoliberalismo adquiriu nas últimas décadas.

Capítulo 3

Alguns cenários incertos para a articulação das forças de esquerda

Em tempos recentes, a questão da articulação entre forças de esquerda tem sido discutida em diferentes países, e os contextos em que a discussão tem ocorrido são reveladores dos muitos obstáculos a ultrapassar para que tal articulação seja possível ou desejável. Em alguns casos, torna-se mesmo claro que tais obstáculos são intrinsecamente curtos ou médio prazos. E as discussões tendem a ter lugar, sobretudo, em períodos pré-eleitorais. Não pretendo analisar em detalhe tais discussões; limito-me a ilustrar os diferentes obstáculos e os bloqueios que os contextos revelam e, à luz deles, o que teria de mudar para que tal articulação fosse possível e desejável.

Analisarei brevemente quatro desses contextos: Brasil, Colômbia, México e Espanha. Nos três primeiros, haverá eleições em 2018. Cada uma dessas nações ilustra um obstáculo específico à construção de ligações que tornem possíveis governos de esquerda com programas de esquerda. O exercício pode, aliás, ser feito com outros países, quer ele ilustre obstáculos semelhantes ou outros, que, no caso, deverão ser definidos. Se este exercício necessariamente coletivo for feito num número suficiente grande de países em diferentes regiões do mundo, será possível ter uma ideia de conjunto dos

obstáculos a superar e dos caminhos para tanto. Com base nisso, seria possível imaginar uma nova interna-cional das esquerdas. Obviamente, em muitos países, os debates políticos não se formulam como debates entre esquerda e direita e, noutros, os próprios debates estão proibidos por regimes autoritários. No primeiro caso, poderiam estar interessadas na nova internacional forças políticas que lutam democraticamente contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, sem se preocuparem com as etiquetas. Os nomes com que se designam as diferenças são menos importantes que as diferenças em si e os modos como se debatem. No segundo caso, poderiam estar interessadas na nova internacional as forças que clandestinamente lutam pela democracia.

Brasil: a fratura do desgaste do governo

O golpe judiciário-parlamentar da destituição da presidenta Rousseff e a operação Lava Jato, com o apoio ativo do imperialismo norte-americano, tiveram por objetivo enfraquecer as forças de esquerda que governaram o país nos últimos treze anos – e conseguiram. E fizeram isso com tanto zelo que o Brasil recua agora a muito antes de 2003, quando teve início a primeira gestão do presidente Lula da Silva. A caricatura do Brasil real em que o Congresso se transformou com o atual sistema eleitoral e a cada vez mais abusiva judicialização da política fazem com que o sistema político brasileiro exporimente tal desequilíbrio que configura uma situação de bifurcação: os próximos passos podem restabelecer a normalidade democrática ou, pelo contrário, aprofundar de modo irreversível a vertigem fascizante em que se encontra.

As principais forças de esquerda partidária no Brasil são o PT (Partido dos Trabalhadores), o PDT (Partido

Democrático Trabalhista), o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). A agressividade com que o governo ilegítimo de Michel Temer tem desmantelado os ganhos de inclusão social dos últimos treze anos parece indicar que só com o rápido regresso da esquerda ao poder é possível estancar essa vertigem conservadora. Não se pode sequer confiar que uma força de centro-direita, com alguma consciência social, inverta esse processo e resgate alguns dos recentes ganhos de inclusão social. Essa força não existe ou não tem poder político para impor tal agenda. Entre muitas outras questões que a conjuntura brasileira suscita no momento, menciono a que é relevante para a análise que me proponho neste texto. É possível a esquerda voltar ao poder no Brasil num curto prazo e, se for, em que condições isso é desejável? Para que a esquerda regressasse ao poder, é necessária a unidade ou a articulação entre vários partidos de esquerda?

Uma questão prévia a essas que acabo de formular é saber como vai evoluir o entendimento entre as diferentes forças de direita. Neste domínio, o que distingue o Brasil de outros países analisados aqui é a divisão entre as diferentes forças de direita. É possível que o instinto de poder as leve a um entendimento de curto prazo. De todo modo, o que se passar com as forças de direita terá certamente impacto nas forças de esquerda. Para responder às questões da unidade ou da articulação entre as diferentes forças de esquerda, o primeiro fator que se deve ter em conta é que a esquerda, por meio do PT, esteve no poder nos últimos treze anos, algo que não aconteceu em nenhum dos outros países. Não ponho aqui em causa que o PT é um partido de esquerda nem que muitas das políticas que levou a cabo eram de esquerda. Como sabemos, foi um governo de aliança com partidos da direita, nomeadamente com o PMDB (Partido

do Movimento Democrático Brasileiro)*, ao qual pertence o atual presidente.

Para o tema de que trato, são particularmente relevantes os seguintes fatores. Primeiro, o governo do PT foi contestado por outros partidos de esquerda, precisamente por causa das alianças com a direita. Segundo, no Brasil é bastante importante considerar a força de movimentos populares, não filiados a partidos de esquerda. Depois da crise política de 2015, formaram-se duas grandes frentes de movimentos populares, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, com sensibilidades de esquerda distintas – a primeira mais coincidente com o PT, a segunda mais aberta à ideia de alianças entre diferentes partidos de esquerda. Terceiro, as forças de direita (o governo ilegítimo, a grande mídia, a fração dominante do poder Judiciário e o imperialismo norte-americano) estão determinadas a impedir por todos os meios (já vimos que esses meios não têm de ser democráticos) que a esquerda volte ao poder, pelo menos até que o processo de contrarreforma esteja consolidado. Por exemplo, a reforma da previdência parece um objetivo difícil de atingir, mas essa pode ser uma das ilusões em que os períodos pré-eleitorais são férteis.

Para a direita, o maior obstáculo com que se enfrenta esse desígnio é a candidatura do ex-presidente Lula, pois está convencida (tal como acontece com um vasto setor da opinião pública) de que não há outros candidatos de esquerda que possam protagonizar uma candidatura ganhadora. Quarto, as políticas que os governos do PT levaram a cabo entre 2003 e 2016 permitiram criar a ilusão de que eram geradoras de uma grande conciliação nacional numa sociedade atravessada por divisões profundas de classe, raça e sexo. Isso foi possível porque o contexto

* Desde a última convenção nacional extraordinária do partido, em dezembro de 2017, o PMDB voltou a adotar o nome de origem, MDB (Movimento Democrático Brasileiro). (N. E.)

internacional permitiu um crescimento econômico que fez com que 50 milhões de brasileiros ficassem menos pobres, sem que os ricos deixassem de enriquecer. De fato, nesses anos, a desigualdade social agravou-se. Quando o contexto internacional mudou (a curva descendente do ciclo das *commodities*), esse modelo entrou em crise. O modo como ela foi gerida mostrou tragicamente que não tinha havido conciliação. As classes dominantes e as forças políticas a seu serviço apenas elevaram as expectativas de enriquecimento durante o período e tiveram poder suficiente para não as ver frustradas no novo contexto. Num contexto mais adverso para seus interesses, passaram ao enfrentamento mais radical, a situação presente. Isso significa que as políticas que foram a marca do governo PT, sobretudo nos primeiros dez anos, não têm qualquer viabilidade no novo contexto. Aliás, os últimos anos do governo da presidenta Dilma Rousseff já foram anos pós-Lula. Com ou sem o presidente Lula, se a esquerda voltar ao poder, o governo será caracteristicamente pós-Lula.

Esses são, em meu entender, os principais fatores que nos ajudam a contextualizar o eventual desejo de articulação entre forças de esquerda (entre partidos e entre movimentos) e as dificuldades que ela pode enfrentar. Neste momento, identificam-se duas posições. A primeira, defendida pela liderança do PT, preconiza a unidade de esquerda sob a hegemonia do partido. A segunda, defendida por outras forças de esquerda e por setores do PT situados mais à esquerda, indica que a unidade deve assentar-se em acordo entre diferentes forças de esquerda sem a hegemonia de nenhuma delas. Uma variante dessa posição defende que as diferentes forças de esquerda devem, num primeiro momento, expressar livremente sua pluralidade e sua diversidade (medir forças) e, num segundo momento (segundo turno das eleições presidenciais ou alianças pós-eleitorais no novo Congresso), pactuar a unidade ou a articulação.

A primeira posição conta com um candidato de luxo, Lula da Silva, que não cessa de subir nas pesquisas. Mas, em janeiro de 2018, o futuro político dele é incerto. Por outro lado, essa posição pode, no melhor dos casos, garantir que uma força de esquerda chegue ao poder, mas não consegue garantir que, uma vez no poder, prossiga uma política de esquerda, ou seja, uma política que, mesmo moderada, não seja refém de alianças com a direita que a descaracterizem. Aliás, dada a estranha natureza do sistema partidário brasileiro, é possível que uma fração centro-direita do PMDB se transfira para o PT e se apresente com o candidato Lula às eleições presidenciais, cativando, por exemplo, a vice-presidência. Nesse caso, uma chapa PT aparentemente homogênea conterá uma significativa componente de centro-direita.

A segunda posição tem sido defendida dentro e fora do PT. Dentro do PT, o mais importante porta-voz dessa posição é Tarso Genro, que foi um dos melhores ministros do governo Lula da Silva, governador do estado do Rio Grande do Sul e prefeito de Porto Alegre no período áureo da articulação entre democracia representativa e democracia participativa (orçamento participativo). Em declarações à imprensa em 14 de janeiro, afirmou:

Defendo que os demais partidos de esquerda lancem seus candidatos e que Guilherme Boulos e Mannuela d'Ávila [candidata do PCdoB] são novos quadros, importantes para a reconfiguração de uma nova frente política no futuro, capaz de hegemonizar um governo de centro-esquerda, de reformismo forte, como está ocorrendo ou tendendo a ocorrer em alguns países. Não se sabe até onde poderá ir a experiência portuguesa, por exemplo, nem mesmo qual é sua durabilidade, mas, se não usarmos no sentido de comparar uma esquerda plural, criativa e democrática, com um claro programa de transição de uma economia liberal rentista para uma economia com altas taxas de crescimento e

novas formas de inclusão social e produtiva, o futuro da esquerda será cada vez mais incerto e defensivo.¹

Curiosamente, de meu conhecimento, foi a primeira vez que um líder político brasileiro importante se referiu à articulação entre as forças de esquerda em Portugal como um caminho a ter em conta.

Essa segunda posição é, sem dúvida, a mais promissora, tanto mais que permite dar visibilidade ao único líder popular e de esquerda, além de Lula da Silva, que o Brasil conheceu nos últimos quarenta anos. Trata-se de Guilherme Boulos, jovem líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e da Frente Povo Sem Medo. Dados o desgaste do governo PT nos últimos anos e o golpe institucional que veio bloquear o processo democrático, a segunda posição, ao contrário da primeira, exclui quaisquer alianças com as forças de direita.

Assim, parece que as esquerdas brasileiras estão condenadas a articular-se, se quiserem chegar ao poder para realizar um programa de esquerda. Para que isso aconteça, pode ser necessário que as esquerdas fiquem fora do poder mais tempo do que se imagina.

Colômbia: a fratura da luta armada sob a vigilância do império

A Colômbia é outro país latino-americano onde haverá eleições presidenciais em 2018 e onde a questão da articulação entre forças de esquerda se coloca com alguma acuidade. Tal como podia acontecer em Portugal e pode

¹ Tarso Genro, “Quero ajudar o PT e a esquerda a promover uma ampla unidade democrática e social”, *Sul21*, 14 jan. 2018. Disponível em: www.sul21.com.br/areazero/2018/01/quero-ajudar-o-pt-esquerda-promover-uma-ampla-unidade-democratica-e-social/; acesso em: 16 fev. 2018.

acontecer no Brasil, a falta de unidade talvez signifique que o país, qualquer que seja o sentido global do voto dos colombianos, seja governado por uma direita neoliberal, hostil ao processo de paz e totalmente suberviente aos interesses continentais do imperialismo norte-americano.

Entre os fatores a inviabilizar ou condicionar fortemente a articulação entre forças de esquerda, distinguindo o processo de paz e a interferência do imperialismo norte-americano.

O processo de paz? No momento em que escrevo estas linhas (janeiro de 2018), o processo de paz está numa perturbadora encruzilhada. Depois de referendado pelo Congresso (com modificações significativas em relação ao que tinha sido acordado em Havana ao fim de cinco anos de negociações), o acordo entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) começou a ser aplicado ao longo de 2017, e o que se pode dizer desse período é que não há muitas esperanças de que seja cumprido. Aliás, a violência paramilitar contra líderes sociais aumentou ao longo do ano e, neste momento, mais trinta ex-guerrilheiros ou seus familiares foram assassinados, além de mais de uma centena de líderes sociais. Entretanto, iniciaram-se as negociações de paz entre o Governo e o ELN (Exército de Libertação Nacional da Colômbia).

O Acordo de Havana é um documento notável, por que nele estão detalhadas as condições para uma paz democrática, ou seja, uma paz assentada na eliminação das causas sociais, econômicas e políticas que levaram ao conflito armado. O acordo era particularmente minucioso sobre a reforma política e a justiça transicional. Admitia-se que o pós-conflito colombiano surgia num período de crise do neoliberalismo e que só teria alguma viabilidade

de se transformar num genuíno processo de paz caso, à contracorrente, fosse orientado para consolidar e ampliar a democracia, isto é, conferindo mais intensidade à convivência democrática de baixa intensidade atualmente vigente. Depois da farsa narrativa neoliberal – uma farsa tão trágica para a maioria da população mundial – de que a democracia não tem condições, o pós-conflito só se transformaria num processo de paz caso aceitasse discutir criativa e participativamente a questão das condições sociais, econômicas e culturais da democracia.

Pode-se dizer que a paz democrática foi o projeto explícito que orientou as negociações. Mas, subjacente a ele, esteve sempre um projeto implícito, que designei por “paz neoliberal”. Esse projeto não pretendia nenhuma reforma política nem econômica e apenas visava ao desarme das forças de guerrilha para garantir o livre acesso à terra e aos territórios por parte do capitalismo agrário e minerador nacional e estrangeiro. Tudo parece indicar que esse projeto implícito era, afinal, o único projeto para o governo colombiano. Por sua vez, a direita mais conservadora manifestara-se sempre contra as negociações com a guerrilha, e sua força ficou demonstrada nos resultados do referendo sobre o acordo de paz. Durante um ano, assistimos a uma crescente demonização da guerrilha por parte das forças de direita, em certos setores do Estado (Fiscalia) e por parte dos principais meios de comunicação. Essa bem orquestrada demonização visou a retirar dos ex-guerrilheiros qualquer legitimidade para serem vistos pela sociedade como membros de uma organização política que não foi militarmente derrotada e que, como tal, deve ser bem-vinda na sociedade pela decisão de abandonar as armas e seguir a luta pelas vias políticas legais.

O imperialismo norte-americano. A Colômbia ocupa uma posição estratégica no continente. Quando analisamos a história do conflito armado nesse país, torna-se evidente a interferência constante do imperialismo norte-americano,

² Em *Democracia y transformación social* (Bogotá/Cidade do México, Siglo del Hombre/Siglo XXI, 2017), dedico a este tema um capítulo, intitulado “Colômbia entre la paz neoliberal y la paz democrática”.

sempre no sentido de defender os interesses econômicos das suas empresas (pensemos na tristemente célebre United Fruit Company), os interesses geográficos de seu domínio continental e, obviamente, os interesses das oligarquias colombianas aliadas, umas mais dóceis que outras.

A Colômbia foi o único país latino-americano a enviar tropas para combater ao lado dos norte-americanos na Guerra da Coreia. Foi o país que promoveu a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, em tempos recentes, defendeu mais acirradamente, na mesma organização, a expulsão da Venezuela. Sob o pretexto da luta contra o narcotráfico, o Plan Colômbia, assinado por Bill Clinton em julho de 2000, transformou a Colômbia no terceiro país do mundo a receber mais ajuda militar dos Estados Unidos (depois de Israel e Egito) e na nação com mais ajuda para treino militar direto pelos Estados Unidos.

Para os Estados Unidos, agora centrados na asfixia do regime bolivariano da Venezuela, é importante que a Colômbia continue um aliado fãvel para seus desígnios no continente. É igualmente importante que as empresas multinacionais norte-americanas tenham, por fim, livre acesso aos recursos naturais da Colômbia, acesso que até agora foi limitado, devido ao conflito armado. Para os Estados Unidos, o fim do conflito armado é a oportunidade de a Colômbia se entregar finalmente e sem limites ao neoliberalismo. Para os Estados Unidos, é benéfico que o conflito armado continue, mesmo que sob outras formas, a fim de que as forças armadas colombianas, o agente político mais próximo do império, continuem a ter um papel crucial nos processos políticos internos.

As forças de esquerda e o contexto eleitoral. A esquerda ou centro-esquerda colombiana está fragmentada em véspera de eleições legislativas e presidenciais. Para estas últimas, as forças de esquerda apresentam os seguintes candidatos: Clara López, Gustavo Petro, Jorge Robledo,

Claudia López, talvez uma candidata de centro-esquerda, Sergio Fajardo, um candidato de centro que alguns consideram de centro-esquerda, e dois candidatos de direita, Germán Vargas Lleras e Iván Duque. Humberto de la Calle Lombana, que foi o negociador do processo de paz por parte do governo, tem sido mencionado como possível candidato de esquerda. O novo partido das Farc (Fuerza Alternativa Revolucionária del Común) atravessa um complexo processo de consolidação interna, próprio da transformação de grupo guerrilheiro em partido político. Em fins de janeiro, apresentou seu programa e seus candidatos às eleições legislativas e presidenciais. Para estas últimas, o candidato é o histórico líder da guerrilha, Rodrigo Londoño, conhecido por Timochenko, que esteve à frente do processo das negociações de paz em Havana.

Nas atuais condições, corre-se o risco de as forças de esquerda diminuírem ou até perderem a representação parlamentar e de serem os dois candidatos de direita a disputar o segundo turno das eleições presidenciais. Qualquer um deles, no máximo, aceita a paz neoliberal. Iván Duque, o representante da direita mais reacionária, ligada ao ex-presidente Álvaro Uribe, será o que mais fielmente servirá os interesses imperiais.

Tradicionalmente, a esquerda colombiana é muito fragmentada. No passado, a grande clivagem foi entre a esquerda reformista (internamente dividida) e a esquerda revolucionária, adepta de mudanças radicais via luta armada (também ela dividida entre vários grupos). Poderíamos pensar que por fim surgiu uma oportunidade histórica para a esquerda colombiana se unir, uma vez que essa clivagem desapareceu. Infelizmente, não parece ser o caso, porque o modo como tem sido implementado o processo de paz mostra que a clivagem, afinal, continua de uma forma perversa no estigma social e político com que estão a ser marcados os ex-guerrilheiros. Em vez de serem bem-vindos por terem abandonado as armas, são